



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Processo Nº 5093576-31.2022.8.21.0001

18º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Fevereiro de 2024

23/04/2024

Sumário

Introdução

Sobre este Relatório 3

Cronograma Processual 4

Descrição da Recuperanda

Descrição e Histórico das Entidades 6

Estrutura Societária 7

Registro da Visita da Administração Judicial 8

Quadro Funcional 11

Análise Financeira

Balanço Patrimonial 12

Demonstração do Resultado do Exercício 17

Endividamento 19

Indicadores 21

Plano de Recuperação Judicial 23

Observações Finais 25

Sobre este Relatório

Este Relatório Mensal de Atividades (“RMA”) reúne, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas Instituição Educacional São Judas Tadeu e Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. Os dados foram coletados e analisados pela RDV Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda. No que tange às informações contábeis e financeiras, estas foram enviadas diretamente à Administradora Judicial e a sua análise foi complementada através de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda, sendo que os dados jurídicos foram extraídos dos autos da Recuperação Judicial.

Todos os dados financeiros, contábeis, fiscais e trabalhistas fornecidos pela Recuperanda devem ser encaminhados mensalmente ao Administrador Judicial até o dia 25 de cada mês respectivo. Após o recebimento da totalidade das informações, o Administrador Judicial, depois da análise pormenorizada e o tratamento dos dados, apresenta o Relatório Mensal de Atividades – “RMA” – dentro da competência mensal.

As informações para realização deste relatório referentes ao meses de janeiro e fevereiro de 2024, foram recebidas na integralidade em 09/04/2024.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração deste relatório estão disponíveis para consulta junto à Administração Judicial, e eventuais informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente a mesma.

Por oportuno, salienta-se que a atual responsável técnica pela contabilidade da empresa Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. e da Instituição Educacional São Judas Tadeu é a contadora Fabiana Silva da Silva, inscrita no CRC sob o nº RS-072539/0-6. Ainda, ressalta-se que o RMA reflete a análise técnica e contábil limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, não exaustivas sobre a situação das empresas.

Cronograma Processual



Cronograma Processual



Descrição e Histórico das Entidades

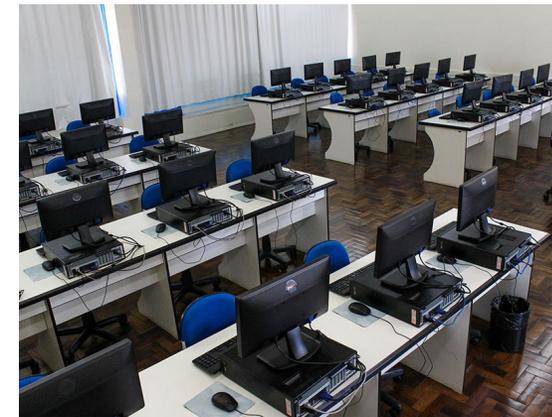
Fundada no ano de 1946, pela iniciativa de uma jovem imigrante húngara, Elisa Verinha Romak Alves, a Instituição São Judas Tadeu iniciou suas atividades com uma escola de 12 alunos. Chegando a contar com quase 200 colaboradores e cerca de 150 professores, operando em uma área física de 6,5 mil m², 37 salas de aula, 5 laboratórios de informática, ginásio poliesportivo, biblioteca, piscina semiolímpica, áreas de recreação e áreas de atividades administrativas, além de espaços físicos externos de atendimento a diversos projetos sociais.

Em 2021 mais de um terço dos estudantes abandonaram seus cursos e a inadimplência nos cursos privados também cresceu em níveis maiores que 2015, registro da última grande crise econômica no Brasil.

Entre os fatores que desencadearam a crise, pode-se citar dois que foram cruciais para esse declínio, o primeiro a grande crise econômica de 2015, e o segundo as novas instituições que invadiram o mercado gaúcho com diversos cursos online, muitas em modalidade EAD com valores muito abaixo do mercado local, gerando uma concorrência feroz.

Conforme narrado, a queda de alunos, principalmente no ensino infantil, refletiu diretamente nas receitas que sustentam o grupo. No período que antecedeu a crise, apresentou perdas econômicas expressivas, não absorvidas mesmo com ajustes na operação, obrigando a gestão buscar recursos com terceiros, se submetendo aos juros e imposições das instituições financeiras, levando ao estrangulamento do caixa.

Fonte: <<http://www.saojudastadeu.edu.br/matriculas/tour-virtual.html>>.



Estrutura Societária

Instituto Educacional São Judas Tadeu

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 92.968.106/0001-00

Objeto social: associação educacional privada

Diretora Presidente (50%): Andrea Valeska Mierczynski

Vice-Diretor Presidente (50%): Luiz Mierczynski Neto

Nova Era Administração e Locação de Bens Imóveis Ltda.

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 87.065.942/0001-36

Objeto social: aluguel de imóveis próprios

Sócia-Administradora (61%): Sandra Diamantina Mierczynski

Sócia-Administradora (13%): Adriana Mierczynski

Sócio-Administrador (13%): Luiz Mierczynski Neto

Sócia (13%): Andrea Valeska Mierczynski

Registro da Visita da Administração Judicial

Conforme já relatado em visitas anteriores, a Recuperanda reiterou que a folha de pagamentos segue sendo paga recorrentemente com atraso, mas sempre dentro da próxima competência, ou seja, na visita realizada, estavam em aberto os salários de outubro, havendo sido quitados parcialmente, na ordem de 68%. A direção e as representantes contábil-financeiras da Recuperanda afirmaram que tal situação é recorrente, mas que a Instituição estava comprometida em pagar os salários no prazo limite mencionado, não acumulando mais de um salário em atraso. A estrutura operacional de pessoal é gerida integralmente pela entidade, contando com terceirização apenas dos setores de Marketing e de Tecnologia da Informação.

Conforme relato, a instituição segue se amparando integralmente em operações de antecipação de recebíveis para suprir sua necessidade de capital de giro. No início de outubro, as contas bancárias da Recuperanda haviam sido bloqueadas, mas a administração relatou que tal situação já foi regularizada e que não ocorreram novos bloqueios em novembro.

Alunos Matriculados na Faculdade (Fevereiro 2024)	
Direito	97
Ciências contábeis EAD	36
Pós-nex	27
Administração EAD	20
Administração	19
Pedagogia EAD	15
Pós-esp	11
Ciências contábeis	4
Total	229

Alunos Matriculados na Escola (Fevereiro 2024)	
Ensino fundamental 1	125
Ensino fundamental 2	98
Ensino médio	89
Educação infantil	6
Total	318

Registro da Visita da Administração Judicial

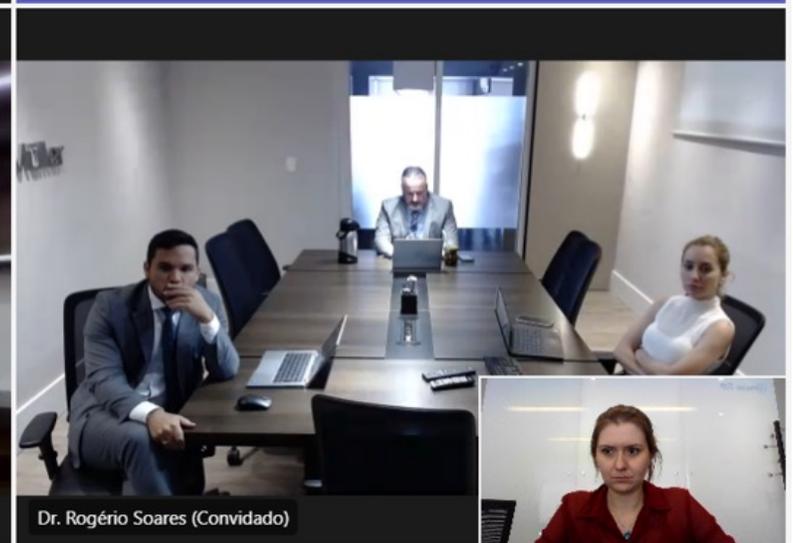
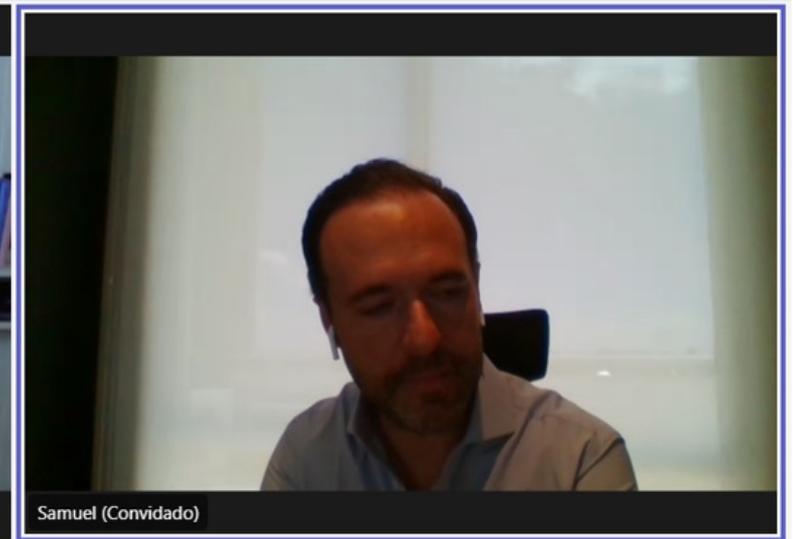
As entidade ainda oferece até 5 bolsas de estudos para cada linha de ensino (superior, médio e fundamental) com desconto para alunos que venham de outras instituições e que possuam um desempenho acadêmico acima de determinado patamar. Além das bolsas ofertadas para os já alunos que possuem um bom desempenho e comprovem receber até um limite de renda. Essas medidas, conforme narrado por representante da instituição, servem para atrair e reter alunos. Na data da visita, 60% dos alunos de todo o colégio já haviam efetuado sua matrícula, tendo os demais a garantia de manutenção de suas vagas até a metade de novembro. Vale ressaltar que o período letivo ainda estava em curso.

Por fim, no dia 24/11/2023 a São Judas e a Nova Era protocolaram pedido de transação individual com a PGFN no valor de R\$ 126,4 milhões e R\$ 10,4 milhões respectivamente. Em consulta ao sistema da Procuradoria no dia da visita, o saldo devedor total da São Judas era de R\$ 125.229.933,80 e da Nova Era de R\$ 10.162.704,03. No dia 08/03/2023 era de R\$ 129.265.415,00 da São Judas e R\$ 9.463.778,83 da Nova Era.

No dia 01/02/2024 foi realizada reunião virtual com os representantes da empresa para tratar da homologação do Plano de Recuperação Judicial e os seus desdobramentos, em especial a realização do leilão por ele previsto. Na data, a transação tributária ainda aguardava manifestação por parte da PGFN. Conforme narrado, as novas matrículas seguem dentro das expectativas, sendo que a homologação trouxe uma perspectiva de melhora. Como já vem sendo alertado nos demais relatórios, a folha de pagamento segue em atraso, sendo quitada dentro do próprio mês.

Registro da Reunião da Administração Judicial

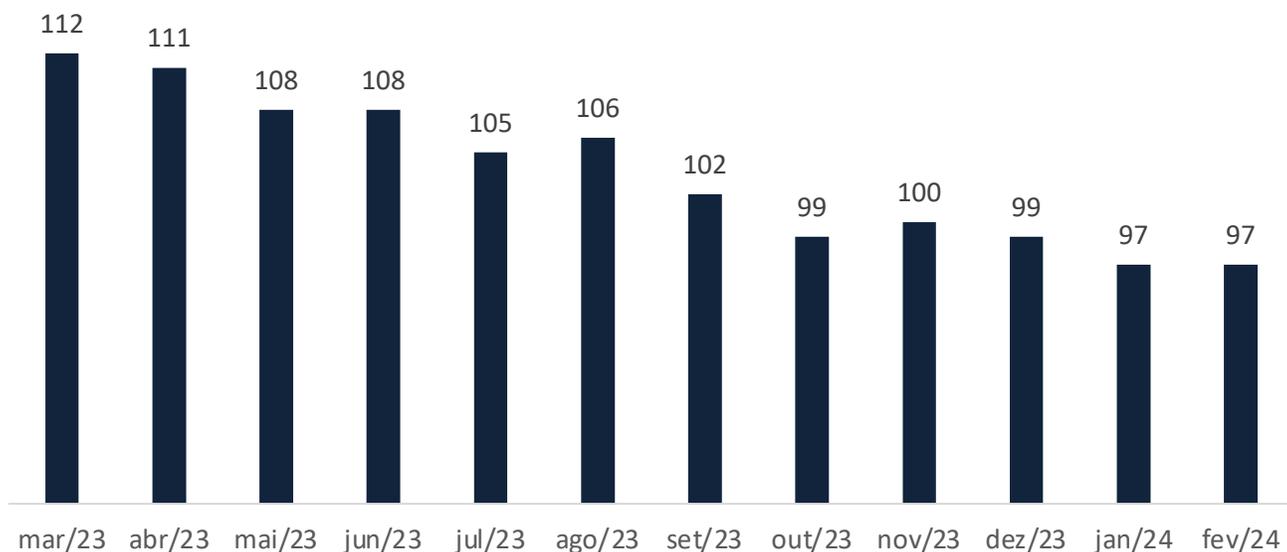
01/02/2024



Quadro Funcional

A empresa realizou 8 demissões entre dezembro/23 e fevereiro/24, encerrando o período com 97 funcionários, sendo 15 afastados e 36 autônomos (RPA ou nota fiscal). No demonstrativo da Nova Era são computados Pró-Labores pagos aos sócios, que em fevereiro/24 totalizaram R\$ 51.323,47.

Funcionários Ativos



Composição de Ordenados e Salários a Pagar - fevereiro/24

Provisão 13º salário	628.427
Rescisões	421.180
Salários a professores	373.752
Salários a funcionários	115.767
Autônomos	59.025
Férias	42.674
Provisão de férias	127.322
Pró-labore	33.663
Pensão alimentícia	8.962
Mensalidades desc. Folha	(2.100)
Total	1.808.669,59

Balço Patrimonial

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu		
	Dez/23	Jan/24	Fev/24
Ativo	11.875.238	11.797.279	11.683.213
Circulante	5.815.866	5.747.048	5.643.854
Disponível	14.025	18.068	31.428
Créditos	5.773.067	5.705.515	5.592.136
Valores a receber	5.758.978	5.681.645	5.575.963
Adiantamentos a Fornecedores	14.089	23.870	16.173
Estoques	17.542	15.085	14.762
Despesas exercícios subsequentes	11.233	8.380	5.528
Não circulante	6.059.372	6.050.231	6.039.359
Realizável a longo prazo	530.889	533.022	533.402
Partes Relacionadas	115.959	115.959	115.959
Bloqueios Judiciais	414.930	417.062	417.442
Investimento	85.987	87.026	88.064
Imobilizado	827.977	815.664	803.374
Intangível	4.614.519	4.614.519	4.614.519

	São Judas Tadeu		
	Dez/23	Jan/24	Fev/24
Passivo	16.201.333	12.176.417	12.425.438
Circulante	10.312.216	11.126.549	11.385.786
Obrigações trabalhistas	6.856.196	7.329.813	7.463.123
Obrigações tributárias	2.000.187	2.096.741	2.171.054
Fornecedores	934.409	951.663	961.180
Empréstimos e financiamentos	521.425	748.332	790.430
Não circulante	84.014.549	83.509.393	83.501.971
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Obrigações tributárias	77.304.597	77.304.597	77.304.597
Recuperação Judicial	6.486.760	6.125.303	6.134.070
Receitas antecipadas	223.192	79.492	63.304
Patrimônio líquido	(78.125.432)	(82.459.525)	(82.462.318)
Capital social	4.832.491	4.832.491	4.832.491
Prejuízos acumulados	(82.957.923)	(87.292.015)	(87.294.809)

Balço Patrimonial

São Judas Tadeu

Ativo

Disponibilidades (R\$ 31.428,08): corresponde ao valor de contas bancárias, ratificados pelos extratos bancários enviados, com exceção da conta 60611-3 do banco Itaú, que apresenta saldo zerado no balancete, porém encontra-se com saldo de R\$ 136,00 no extrato bancário. Os recebimentos são referentes às mensalidades de contratos dos alunos, enquanto os principais pagamentos são com salários, securitizadoras e empréstimos. Entre dezembro/23 e fevereiro/24 apresentou aumento de 124,1% (R\$ 17,4 mil).

Valores a receber (R\$ 5.575.963,42): compreende, principalmente, valores a receber de mensalidades (R\$ 5 milhões), além das empresas de financiamentos estudantis que, em sua maioria, são do FIES, no montante de R\$ 535,2 mil. A conta apresentou um decréscimo de R\$ 183 mil no período.

Estoques (R\$ 14.761,94): rubrica composta exclusivamente por materiais de almoxarifado.

Realizável a longo prazo (R\$ 530.401,52): se refere a valores de mútuo no total de R\$ 116 mil com a empresa São Judas, empresa vinculada ao grupo que atualmente se encontra com a situação cadastral suspensa. A conta também é composta por bloqueios judiciais na monta de R\$ 417,4 mil, referentes a 5 processos trabalhistas (R\$ 199,6 mil), outros bloqueios (R\$ 213 mil) e cartão – bloqueio penhora judicial (R\$ 4,9 mil).

Investimentos (R\$ 88.064,33): compreendem títulos de capitalização junto ao Banrisul (R\$ 68,1 mil), consórcio com o Banrisul (R\$ 9,4 mil), além de participações societárias (R\$ 10,5 mil), que não apresentam movimentações desde 2021. Na competência, foram realizadas as apropriações de R\$ 438,75 do consórcio, e de R\$ 600,00 da capitalização.

Imobilizado (R\$ 803.373,73) e Intangível (R\$ 4.614.519,37): A única variação observada entre dezembro/23 e fevereiro/24 diz respeito à depreciação de R\$ 24.603,39 no imobilizado.

Balanço Patrimonial

São Judas Tadeu

Passivo

Obrigações Trabalhistas (R\$ 7.463.122,97): corresponde especialmente às obrigações previdenciárias (R\$ 5,7 milhões), que apresentaram decréscimo de R\$ 290,5 mil entre dezembro/23 e fevereiro/24, devido principalmente ao saldo de INSS a Recolher. É composta, também, por Provisão de 13º Salário (R\$ 628,4 mil), Rescisões a Pagar (R\$ 421,2 mil), Provisões de Férias (R\$ 127,3 mil), Salários a Pagar a Funcionários (R\$ 115,8 mil), além de outras rubricas de menor monta

Obrigações Tributárias (R\$ 79.475.650,91): contempla, em sua maioria, valores de dívida ativa com a PGFN alocada em longo prazo no montante de R\$ 77,3 milhões, enquanto no curto prazo os valores se referem, principalmente, a IRRF (R\$ 1,1 milhão), ISSQN (R\$ 542,4 mil) e COFINS (R\$ 310,5 mil). Atualmente a empresa não possui parcelamentos ativos, tendo em vista que todos foram rescindidos. Entre dezembro/23 e fevereiro/24 a conta apresentou um aumento de R\$ 170,9 mil, devido especialmente aos saldos de IRRF e ISSQN.

Fornecedores (R\$ 961.179,52): abrange principalmente valores devidos à Nova Era (R\$ 235,1 mil), com correspondência exata no ativo da Nova Era, e fornecedores diversos (R\$ 724,5 mil).

Empréstimos e Financiamentos (R\$ 521.424,68): é composto por débitos no curto prazo junto à Seja Securitizadora S.A. (R\$ 779,4 mil), referentes a antecipações de títulos, por empréstimo consignado junto ao Santander, na monta de R\$ 10,9 mil e por uso de cheque especial com o ITAÚ, totalizando R\$ 136,00. Demonstrou um aumento de R\$ 269 mil no período, majoritariamente em razão do saldo com a Seja Securitizadora S.A.

Recuperação Judicial (R\$ 6.134.069,53): rememora-se que essa conta se apresentava zerada até novembro/23, demonstrando aumento de R\$ 6,5 milhões em dezembro/23, em razão das realocações dos saldos de Obrigações Trabalhistas, Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos. Apresentou uma redução de R\$ 352,7 mil entre dezembro/23 e fevereiro/24, referente ao saldo de Credores Trabalhistas – RJ.

Balço Patrimonial

Nova Era (em R\$)

	Nova Era		
	Dez/23	Jan/24	Fev/24
Ativo	3.260.041	3.267.639	3.271.438
Circulante	257.606	258.640	256.225
Disponível	57	1.934	362
Créditos	257.550	256.706	255.863
Não circulante	3.002.435	3.008.999	3.015.213
Realizável a longo prazo	2.933.673	2.940.237	2.946.451
Pessoas ligadas	2.908.746	2.915.310	2.921.523
Bloqueio judicial	24.927	24.927	24.927
Investimentos	68.762	68.762	68.762

	Nova Era		
	Dez/23	Jan/24	Fev/24
Passivo	3.015.855	3.263.247	3.265.425
Circulante	10.198.800	10.202.006	10.204.184
Obrigações trabalhistas	-	-	-
Obrigações tributárias	10.184.346	10.188.057	10.191.485
Credores diversos	14.454	13.949	12.699
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Não circulante	173.928	173.928	173.928
Empréstimos e financiamentos	-	-	-
Recuperação Judicial	173.928	173.928	173.928
Patrimônio líquido	(7.356.873)	(7.112.687)	(7.112.687)
Capital social	7.025	7.025	7.025
Reserva de capital	475	475	475
Prejuízos acumulados	(7.364.372)	(7.120.186)	(7.120.186)

Balanço Patrimonial

Nova Era

Ativo

Disponível (R\$ 361,79): corresponde ao valor em conta bancária do Banrisul, com saldo ratificado pelo extrato bancário enviado. A empresa recebeu no mês o valor total de R\$ 12.047,00 e realizou transferências que totalizaram R\$ 13.619,04.

Créditos (R\$ 255.863,19): o saldo em aberto se refere principalmente a valores a receber da Instituição São Judas Tadeu, no total de R\$ 235,1 mil.

Pessoas ligadas (R\$ 2.921.523,46): diz respeito a valores a receber dos administradores da empresa (R\$ 1,9 milhão) e dos sócios (R\$ 1,1 milhão), em razão de empréstimos contraídos por estes com a Recuperanda. Destaca-se que essa conta representou 89,3% do total do ativo da Recuperanda em fevereiro/24.

Passivo

Obrigações Tributárias (R\$ 10.191.484,71): representaram 98,2% do passivo da empresa (desconsiderando-se o patrimônio líquido) em fevereiro/24. O agrupamento tem como rubrica mais expressiva o débito da Recuperanda perante a PGFN, no valor de R\$ 9,1 milhões.

Recuperação Judicial (R\$ 173.928,24): foi criada em dezembro/23, comportando os valores de R\$ 156 mil relativos a Credores Financeiros, e R\$ 17,9 mil de Credores Fornecedores. Não demonstrou variações no período.

Patrimônio Líquido (-R\$ 7.112.686,62): se apresentou negativo em razão dos prejuízos acumulados pela empresa no valor de R\$ 7,1 milhões.

Demonstração do Resultado do Exercício

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu		
	Dez/23	Jan/24	Fev/24
Receita bruta	1.027.479	681.870	764.534
Deduções	(137.738)	(109.984)	(156.815)
Receita operacional líquida	889.741	571.886	607.719
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro bruto	889.741	571.886	607.719
Despesas operacionais	(817.979)	(615.323)	(721.782)
Despesas operacionais	(747.306)	(530.720)	(624.521)
Despesas gerais e administrativas	(70.674)	(84.603)	(97.260)
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	71.762	(43.437)	(114.062)
Receitas financeiras	14.899	6.498	1.261
Despesas financeiras	(344.492)	(342.200)	(250.285)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	(257.831)	(379.138)	(363.087)
IR e CSLL	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	(257.831)	(379.138)	(363.087)

Em fevereiro/24 o faturamento bruto da Recuperanda foi 25,6% menor que dezembro/23, somando R\$ 764,5 mil, obtidos das mensalidades pagas. As despesas operacionais representaram 94,4% da receita bruta em fevereiro/24. Após o cômputo das despesas financeiras, as quais totalizaram R\$ 250,3 mil e têm como seu maior valor os descontos fornecidos nas mensalidades, a empresa auferiu prejuízo líquido de R\$ 363,1 mil. A empresa acumula resultado negativo de R\$ 742,2 mil em 2024.

Demonstração do Resultado do Exercício

Nova Era (em R\$)

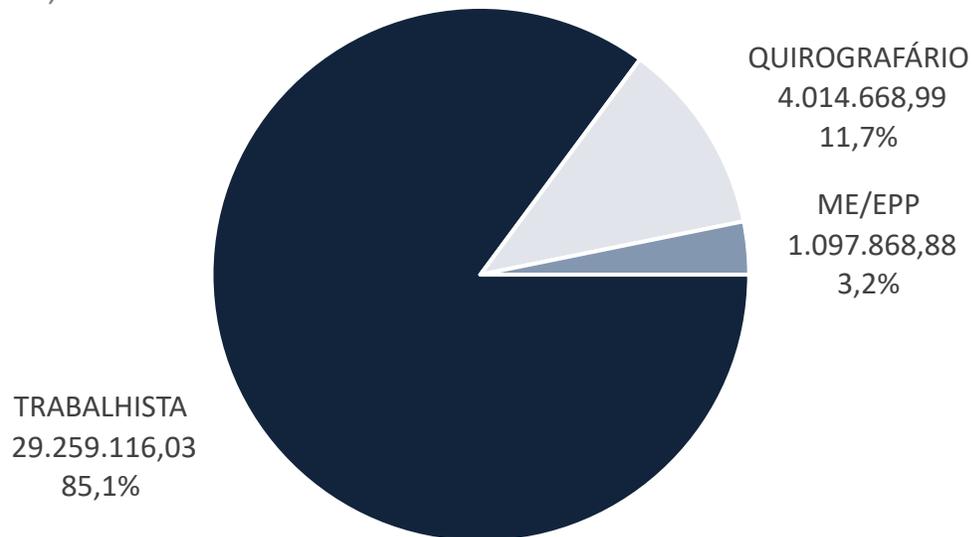
	Nova Era		
	Dez/23	Jan/24	Fev/24
Receita bruta	9.654	15.101	12.047
Deduções	(893)	(1.397)	(1.114)
Receita operacional líquida	8.761	13.704	10.933
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(8.400)	(8.400)	(8.400)
Lucro bruto	361	5.304	2.533
Despesas operacionais	1.686	(843)	(843)
Despesas gerais e administrativas	1.686	(843)	(843)
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	2.047	4.461	1.689
Receitas financeiras	-	-	-
Despesas financeiras	(69)	(69)	(69)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	1.978	4.392	1.620
IR e CSLL	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	1.978	4.392	1.620

A receita bruta da Recuperanda apresentou aumento de 24,8% em fevereiro/24, se comparado com dezembro/23, perfazendo R\$ 12 mil obtidos de aluguéis. Os custos da empresa são compostos por pró-labore e INSS, no valor de R\$ 8,4 mil mensais. Após o computo das despesas administrativas, o faturamento se mostrou suficiente para a cobertura dos custos somado as despesas, resultando em lucro líquido de R\$ 1,6 mil ao final do período. No acumulado de 2024 a Recuperanda apresenta um resultado positivo de R\$ 6 mil.

Endividamento

Passivo RJ | Art. 7º (em R\$)

34.371.653,90



Observa-se, conforme informações prestadas no Processo nº 5093576-31.2022.8.21.0001, que a classe com maior representatividade de valor era a Trabalhista, representando 85,13% do passivo concursal total. A Classe III - Quirografários representava 11,68% e a Classe IV – ME/EPP, 3,19% em relação ao valor do passivo concursal total. Destaca-se que os valores expostos estão de acordo com o edital do art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005.

Maiores credores	Classe	Valor (R\$)
Sindicato dos Professores do Estado do RS	TRABALHISTA	14.214.641
Sindicado dos Trab. Admin. Escolar RS (SINTAE)	TRABALHISTA	1.084.466
Banco Santander	QUIROGRAFÁRIO	940.268
Jamair Administradora de Bens	QUIROGRAFÁRIO	860.651
Graziela Ervalho Loureiro dos Santos	TRABALHISTA	495.887

Classe	% da Classe	Valor (R\$)
TRABALHISTA	85,13%	29.259.116
QUIROGRAFÁRIO	11,68%	4.014.669
ME/EPP	3,19%	1.097.869
TOTAL	100,0%	34.371.654

Endividamento

Passivo Extraconcursal

Dentre o montante relacionado como passivo tributário em fevereiro de 2024 (R\$ 95.222.636,54), a dívida ativa – PGFN (R\$ 86,4 milhões) apresentou maior representatividade ante o todo. Não havia parcelamentos ativos. Não foram identificados pagamentos nas competências de janeiro e fevereiro/24 na empresa Nova Era, enquanto na São Judas foram observados pagamentos que somaram R\$ 7,1 mil.

São Judas Tadeu	Fev/24
PREVIDENCIÁRIO - PGFN	51.608.205,93
DEMAIS DÉBITOS - PGFN	20.883.815,12
FGTS - PGFN	4.812.576,35
INSS A RECOLHER	4.612.533,54
IR S/FOPAG A RECOLHER	1.086.457,46
FGTS A RECOLHER	984.098,42
ISSQN S/ FAT A RECOLHER	459.378,75
COFINS S/ FAT A RECOLHER	310.491,83
ISSQN RETIDO A RECOLHER	83.064,90
PIS S/FOPAG A PAGAR	77.566,40
PIS S/ FAT A RECOLHER	67.273,23
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	34.091,22
IRRF A RECOLHER	9.696,99
INSS RETIDO A RECOLHER	1.901,69
TOTAL	85.031.151,83

Nova Era	Fev/24
DÉBITOS PGFN	9.086.941,90
COFINS S/ FATURAMENTO	420.339,07
IR S/ FOPAG A RECOLHER	270.708,07
INSS A RECOLHER	227.683,77
PIS S/ FATURAMENTO	91.099,50
IRPJ A RECOLHER	64.686,26
CSLL A RECOLHER	26.898,45
MULTA DCTF	1.628,40
PIS COFINS CSLL RETIDO A RECOLHER	1.133,67
IRRF IMPOSTO RENDA RET. NA FONTE	365,62
TOTAL	10.191.484,71

Passivo Tributário (Consolidado)



Indicadores

Liquidez

Conforme Assaf Neto (Estrutura e Análise de Balanços, 12ª ed., 2010) temos que os indicadores de liquidez demonstram a capacidade financeira de uma entidade em honrar seus compromissos. A liquidez corrente evidencia o montante disponível no curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo. A liquidez seca faz o mesmo cálculo, deduzindo-se os estoques e as despesas antecipadas, visando demonstrar a representatividade de itens monetários de alta liquidez para saldar suas dívidas de curto prazo. Por fim, a liquidez geral realiza esse mesmo comparativo analisando os ativos e passivos de curto e longo prazo. Temos:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Corrente



Seca



Geral



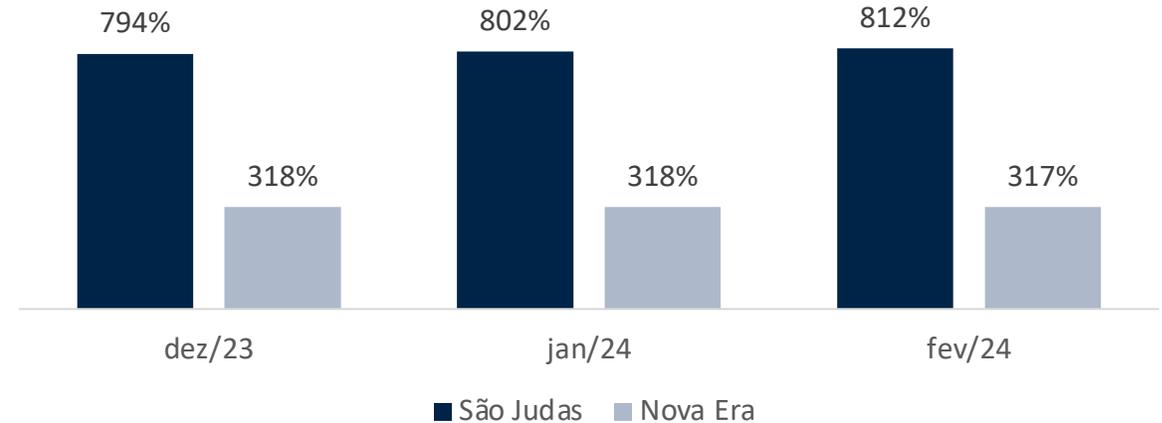
Indicadores

Endividamento

De acordo com Málaga (Análise de Demonstrativos Financeiros e da Performance Empresarial, 3ª ed., 2017) se estabelece que a proporção de capital de terceiros sobre os recursos totais poderá ser medida através do índice de endividamento, indicando o percentual de financiamento de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. A Administração Judicial destaca que a interpretação desse indicador pode se distorcer quando o valor do patrimônio líquido for negativo, como é recorrente para empresas em Recuperação Judicial. Temos:

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Índice de Endividamento



Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

O Modificativo ao PRJ (Plano de Recuperação Judicial) prevê a alienação de UPI (Unidade Produtiva Isolada) na forma do imóvel onde está situada a faculdade e o colégio, obrigando-se o comprador a absorver 50% dos colaboradores ativos, pelo valor mínimo de R\$ 18.500.000,00 através de leilão. Do valor arrematado, 30% será destinado ao parcelamento de débitos fiscais, caso tais recursos não sejam utilizados para tal fim, serão destinados para o pagamento de credores da Classe I. A Recuperanda prevê utilização de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 para pagamento de demais débitos extraconcursais. Feitas as retenções para o pagamento do passivo extraconcursal, 90% do saldo remanescente será destinado ao pagamento da classe I e 10% para os credores da classe III e IV. Os pagamentos remanescentes deverão ser realizados em até um ano da homologação do PRJ.

CONDIÇÕES DO PLANO				
Classe	Valor RJ	Pagamento	Ordem de prioridade	Forma de recebimento
Classe I - Trabalhista	90% do saldo remanescente	O valor total será dividido pela quantidade de credores arrolados (naquele momento) na classe I. Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem de prioridade estabelecida. A diferença entre o valor individual do rateio e o valor do crédito liquidado será lançada como saldo para o rateio seguinte, obedecendo as mesmas regras anteriores.	1º Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de recuperação judicial até o limite de 5 salários mínimos	Em até 30 dias a contar do primeiro depósito referente à arrematação da UPI
			2º Todos os credores cujo valor seja igual ou inferior ao montante do rateio	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.
			3º O credor cujo crédito foi superior ao valor do rateio receberá até o limite do rateio.	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.

Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

CONDIÇÕES DO PLANO						
Classe	Valor RJ	Subclasse	Deságio	Prazo	Periodicidade	Correção
Classe III – Quirografários E Classe II – ME/EPP	10% do saldo remanescente	Financeiros	60%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a..
		Demais	95%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a.



Observações finais

Informação sobre a fase do processo:

Tendo em vista a homologação do PRJ e concessão da Recuperação Judicial em decisão de 19/12/2023, a Recuperanda requereu o deferimento da alienação da UPI-SJT, conforme previsão do item 5.2 do Plano Modificativo homologado.

Após manifestação favorável do AJ, bem como do MP, foi deferido pedido por parte do juízo recuperacional, com nomeação de leiloeiro. A Recuperanda juntou laudo de avaliação do ativo, aguardando-se designação de datas das hastas públicas por parte do leiloeiro.

Observações finais

Informação sobre apontamentos da Administração Judicial durante a análise das demonstrações financeiras:

No dia 18/04/2024, a Administração Judicial enviou e-mail à Recuperanda acerca de algumas dúvidas que surgiram por ocasião da análise das demonstrações financeiras para elaboração do presente relatório. Abaixo colaciona-se o e-mail, o qual não foi respondido até a presente data, e serve de registro quanto aos pontos que necessitam de esclarecimentos:

 **controladoria@rdv-insolvencia.com** 18 de abr. de 2024, 15:44 (há 5 dias) ☆ ↩ ⋮
para Fabiana, mim

Prezada, boa tarde,

Com relação à documentação fornecida, gostaríamos de destacar alguns questionamentos:

- Conforme já mencionado nos e-mails abaixo, havíamos questionado “Aproveitamos para questionar o motivo de não haver cômputo de custos no DRE da São Judas no encerramento do exercício?”. Ainda que a documentação de janeiro e fevereiro de 2024 tenha sido disponibilizada, não foram observados registros em custos. Dito isso, **reiteramos o questionamento.**
- No demonstrativo da Nova Era, identifica-se a rubrica 2.2.3.03 RECUPERAÇÃO JUDICIAL, classificada em OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS. Orientamos que revisem a classificação de referida rubrica, uma vez que obrigações tributárias, por natureza, não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial, de forma que deve ser classificada em rubrica própria;
- Nos demonstrativos da São Judas, identifica-se o zeramento do Capital Social, com saldo equivalente classificado na rubrica 2.3.1.01 RESERVAS. Questionamos o motivo dessa reclassificação e, havendo erro de classificação, que a retificação seja providenciada;
- Por fim, identificamos reduções nos saldos da Recuperação Judicial. Assim, solicitamos que sejam apresentados os comprovantes de pagamento dessas obrigações, bem como o controle de cumprimento das mesmas.

Atenciosamente,

 **rdv** Administração Judicial

Porto Alegre | 51 3237 7097 | 51 3517 9084
Caxias do Sul | 54 3538 6488

www.rdv-insolvencia.com